

Indicação nº 2581, de 2017

Indica ao Sr. Governador a exclusão dos dados dos agentes responsáveis pela aplicação da lei, do site do Governo do Estado de São Paulo.





INDICAÇÃO Nº 2581, DE 2017

Indico, nos termos do artigo 159 da XIV Consolidação do Regimento Interno, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que proceda a imediata exclusão de todos os dados dos agentes responsáveis pela aplicação da lei, em especial, os vinculados a Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Assistência Penitenciária do site do Governo do Estado de São Paulo de páginas denominadas "Portal Transparência" e análogas.

JUSTIFICATIVA

O crime organizado está consultando a base de dados ofertados pelos governos estaduais, em sites denominados "transparência", dados dos Policiais Militares integrantes das corporações brasileiras.

Entre muitos casos, um se tornou público e foi citado pela imprensa. Um taxista do Rio de Janeiro que a semana passada foi sequestrado por bandidos e teve seu nome consultado no *Portal Transparência* do estado para que os bandidos pudessem se certificar se era militar e decidir pela vida ou morte do mesmo, que, por sorte, escapou da morte por não ser Policial Militar.

O Estado não pode se eximir da mínima proteção a vida dos agentes que trabalham direta, diuturna e intensamente com os infratores da Lei, caso dos Policiais Militares, Agentes de Segurança Penitenciária e Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, profissionais alvo do crime organizado.

Sala das Sessões, em 8/8/2017

a) Coronel Telhada

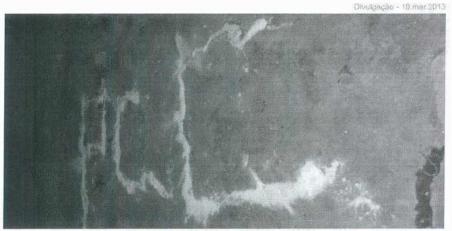
notícias Cotidiano

ÚLTIMAS CIÊNCIA E SAÚDE ECONOMIA INTER JORNAIS POLÍTICA UOL CONFERE TECNOLOGIA TABLOIDE LOTERIAS + CANAIS

Planilha mostra que PCC reservou R\$ 150 mil para matar PM e agentes em São Paulo

Flávio Costa Do UOL, em São Paulo 07/08/2017 04h00





PCC planejou mortes de agentes e policiais do Estado de São Paulo

Uma planilha encontrada no computador de um membro do PCC (Primeiro Comando da Capital) mostra que a facção criminosa reservou **R\$ 150 mil** para uma operação que visava matar policiais e agentes penitenciários de São Paulo.

Do total deste valor, pouco mais de R\$ 133 mil já tinham sido gastos no monitoramento da rotina de um policial militar e dois carcereiros do sistema penitenciário paulista.

"É possível perceber os altos gastos com telefones, celulares, viagens, hospedagem, aquisição de veículos e de equipamentos de informática, tudo para pôr em prática e executar a tal 'sintonia da inteligência'", afirma em denúncia oferecida à Justiça o promotor Lincoln Gakiya.

A intenção dos criminosos era simular latrocínios -- roubos seguidos de morte -- durante o assassinato das vítimas. Com a prisão dos suspeitos pela polícia, o plano foi interrompido antes de ser posto em prática.

Reprodução

DESCRIÇÃO DOS GASTOS - RESTRITA	QUEM RETIROU	DATA	VALOR
OMPRA DE DOIS TELEFONES - SAMSUNG ANDROID GALAXY YOUNG2 - 385,00 CADA E CHIP	CIDÃO / MAGUI	12/06/15	85 790,00
COMPRA DE UM VEICULO POPULAR	DEPOSITO	18/06/15	R\$ 25,800,00
VIAGEM PARA IR RETIRAR A 60 MOEDAS (3 DIAS FÓRA)	LIM	29/06/15	R\$ 630,00
COMPRA DA CAMMONETE	DEPOSITO	01/07/15	R\$ 69.000,00
VIAGEM PARA TROMBAR PASSAGEM AVIÃO IDA R\$ 598,50 € VOLTA R\$ 487,00	LIM	03/07/15	R\$ 1.085,50
VIAGEM PARA TROMBAR	UM	03/07/15	R\$ 165,00
VIAGEM PARA TROMBAR GASTOS COM REFEIÇÃO	UM	03/07/15	R\$ 193,90
VIAGEM PARA TROMBAR # GASTOS COM HOSPEDAGEM	UM	03/07/15	R\$ 180,00
COMPRA DE 2 CHIP'S PARA SINTONIZAR COM A IMPONIL E 2 APARELHO	UM	03/07/15	R\$ 220,00
VIAGEM PARA TROMBAR ****** GASTOS COM TAXI PARA O AEROPORTO	LIM	04/07/15	85 62,00
PARTE DE PAGAMENTO PARA FAZER OS TRAMITES DO DOCUMENTO DA CAMIONETE	PAYO	02/09/15	R\$ 2,000,00
VIAGEM » RETIRAR 30 MOÉDAS	LIM	18/09/15	R\$ 200,00
PARTE DE PAGAMENTO PARA FAZER OS TRAMITES DO DOCUMENTO DA CAMIONETE	PATO	23/09/15	R\$ 1.500,00
CURSO - LIM	UM	22/12/15	R\$ 850,00
VIAGEM PARA FAZER A PROVA DO CURSO EM SP	UM	02/03/16	R\$ 300,00
PARTE DE PAGAMENTO PARA FAZER OS TRAMITES DO DOCUMENTO DA CAMIONETE	PATO	13/03/16	R\$ 1.500,00
PAGTO DE IMPOSTOS DOS VEICULOS - IPVA - SEGURO DPVAT - LICENCIAMENTO	PATO	13/03/16	R\$ 3.100,00
valor passado			R\$ 25,303,00
		TOTAL	RS 133 879,4
	THE PARTY	CAIXA	R\$ 16.110,60
IS: LIBERAÇÃO DOS 48,000,00 DO 300.000,00 NO DIA 64/06/2015 - LIBERAÇÃO DOS 60,000,00 DOS 100	000 00 NO DIA 01/07/2011		R\$ 150.000,00



OBS: LIBERAÇÃO DOS 40,000,00 DO 100,000,00 NO DIA 54/06/2015 - LIBERAÇÃO DOS 60,000,00 DOS 100,000,00 NO DIA 01/07/2015

Tabela do PCC com gastos de monitoramento de agentes de SP

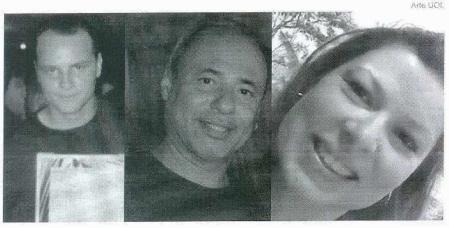
Durante o planejamento, os suspeitos usaram "técnicas de inteligência" para escolher e levantar informações sobre os alvos.

Reportagem veiculada pelo "Jornal da Band", em abril deste ano, mostrou que um dos suspeitos chegou a fazer um curso de detetive particular. Ele instalou câmeras em frente às casas de prováveis vítimas. Também havia fotos desse mesmo suspeito posando com armas em mãos.

No computador apreendido, a polícia encontrou fotos, mapas e informações sobre os alvos do PCC. Os criminosos sabiam inclusive que um deles estava em processo de divórcio da companheira.

Métodos próprios de 'inteligência policial' também foram aplicados pelo PCC na preparação dos três assassinatos de servidores do sistema penitenciáriofederal, de acordo com investigações da PF:

- Em 2 de setembro de 2016, o agente do presídio federal de Catanduvas (PR) Alex Belarmino Almeida Silva morreu ao ser atingido por 23 tiros de pistola 9 milímetros na cidade de Cascavel (PR);
- Leia Mais: PCC alugou casa vizinha de agente para matá-lo
- Em 14 de abril deste ano, o agente do presídio federal de Mossoró (RN) Henry Charles Gama Filho foi assassinado num bar da cidade;
- Leia Mais: PF prendeu dois membros do PCC acusados de matar agente
- Em 25 de maio deste ano, a psicóloga da unidade de Catanduvas, Melissa de Almeida Araujo, foi assassinada dentro de casa, na cidade de Cascavel (PR).
- Leia Mais: Como o PCC matou psicóloga de presídio federal



Belarmino, Henry e Melissa: agentes federais mortos pelo PCC

Líderes do plano já estavam presos

Antes de colocarem em prática os planos de assassinato, quatro suspeitos foram presos em dezembro passado durante uma operação coordenada pelo núcleo de Ribeirão Preto do Gaeco do MP paulista (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público de São Paulo).

Em paralelo, o núcleo do Gaeco instalado na cidade de Presidente Prudente (distante 558 km de São Paulo) foi responsável pela denúncia contra os três líderes da operação. Eles já estavam detidos no presídio estadual de Presidente Venceslau -- distante 610 km de São Paulo.

O trio emitia ordens, por meio de cartas com trechos escritos em código, ao grupo que foi preso em Ribeirão Preto (315 km distante da capital paulista). Os trechos que estão em verde na carta abaixo são a escrita original (cifrada); em vermelho, a decodificação feita pela polícia paulista.



Reprodução

PARA O-ELBHTKUS-OTOMAS-LMBRPFJKEMBM TXHB- 27 C5-16

AGERHTPF-BMLMAGENHERF-DMFORTE ABABÇO CHELO DE EMERGIAS RESTUVAS, SEQUE VIVOS-HTAGENPF-EMEMBHPF-ELBHUMBH-NOBLPF.
-BROFFKEHLM-FILTRANDO E EMELIZANDO E ACATANDO COM MOIS
DETERMINAÇÃO - BR-BHEBHHEB-ELBHJKHB-VAMOS COMEÇAR PELE QUESTAO DOS-DTBRNJEHVATKENHBMHB
-ELBHJKHB-VAMOS COMEÇAR PELE QUESTAO DOS-DTBRNJEHVATKENHBMHB
VF-BR-CLEMLM-SR-GHEMLMBAJKHBLMBRJF-OS CARA-RLLMBHRL
FASH-ALHBAGELOTERTIKAS-ELBHJKHB-NEJA SO VOS PON HVO, TO C, MOIS

Carta codificada da "sintonia restrita" do PCC

"Segundo consta, em meados de 2016, os denunciados presos na Penitenciária II de Presidente Venceslau, agindo de comum acordo e identidade de propósitos, expediram ordens para que integrantes, em liberdade, da organização criminosa 'PCC – Primeiro Comando da Capital', da qual também fazem parte, fizessem levantamentos de endereços de agentes penitenciários, policiais civis, militares e outros agentes públicos do Estado de São Paulo, para o fim de executá-los", lê-se na denúncia de autoria do promotor Lincoln Gakiya.

De acordo com o promotor, os líderes eram responsáveis por liberar o dinheiro usado na operação e por dar o sinal verde para a morte dos alvos.

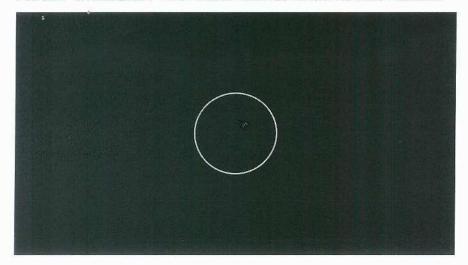
Sintonia restrita

O grupo preso em Ribeirão Preto foi um dos precursores da chamada "sintonia restrita". "Sintonias" são como são chamadas os diversos comandos do PCC.

O nome "restrito" vem do fato de que, quando o membro do PCC recebe esta tarefa, fica escalado exclusivamente para ela. São pessoas que, quando participam destas missões, tentam não falar pelo celular, para evitar rastreamento.

O assassinato de um servidor público, quando decidido pela cúpula do PCC, é considerado como "uma missão para aqueles que foram escolhidos a executar".

"A sintonia restrita ou de inteligência é um escalão entre a cúpula e os executores. Em geral, os executores falam com a sintonia restrita [para receber ordens]. É quem aparece como mandante nas investigações, pela dificuldade de se chegar aos líderes", explica um procurador da República, que investiga a morte de agentes penitenciários federais a mando da facção criminosa. PCC USA "INTELIGÊNCIA" PARA MATAR AGENTES PENITENCIÁRIOS FEDERAIS





"Este grupo é formado por criminosos mais qualificados e que contam com a confiança com a cúpula do PCC. Eles usam técnicas de inteligência para cumprir as missões ordenadas pela facção", explica Gakiya.

O promotor paulista confirmou que uma das prioridades das autoridades de Segurança Pública é a de identificar e prender os integrantes da restrita.

A sintonia restrita é um grupo criado recentemente pelo PCC, subordinado diretamente à cúpula da facção. Seus integrantes se desvinculam da chamada "sintonia geral" e ficam subordinados à "sintonia geral fora do ar", o que indica que deixaram de exercer as atividades normais do PCC, a exemplo do tráfico de drogas. Eles não precisam pagar a "cebola", a mensalidade obrigatória para membros da facção. "Eles não falam com qualquer um da organização. Por isso é tão difícil localizá-los", afirmou ao **UOL** uma fonte ligada às investigações no âmbito federal.

Comandante da PM pede retirada de dados de agentes do Portal da Transparência

Secretaria se prontificou a solucionar o caso

26/07/2017 16:37:41 - ATUALIZADA ÁS 26/07/2017 17:16:39

O DIA

Rio - O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Wolney Dias, solicitou nesta quarta-feira ao secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa, a retirada da qualificação profissional de todos os agentes de segurança do Portal da Transparência.

LEIA MAIS

Mais de 450 kg de drogas são apreendidas no Morro da Mangueira O portal permite que qualquer cidadão acessar informações detalhadas de todos os servidores do estado, como órgão em que está lotado, função e

salário. Para obter essas informações, basta digitar o nome ou o CPF do funcionário.

Na reunião com o secretário, Dias enalteceu o avanço democrático do Portal da Transparência, mas pontou que o serviço não pode "pôr em risco a vida de milhares de servidores que atuam na área de segurança — policiais militares, policiais civis, militares do Corpo de Bombeiros e agentes penitenciários". A Fazenda informou que se comprometeu a encontrar uma solução para fazer as alterações no sistema de Consulta Remuneração.

Geral

PM do Rio pede exclusão de profissionais de segurança do Portal da Transparência

Compartilhar: G URL: /geral/noticia/2017-07/pm-do-rio
26/07/2017 17h32 Rio de Janeiro

Flávia Villela – Repórter da Agência Brasil

O Comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Wolney Dias Ferreira, solicitou hojo (26), durante encontro com o secretário estadual de Fazenda, Gustavo Barbosa, a retirada da qualificação profissional de todos os agentes de segurança do Portal da Transparência.

Disponível na internet, o Portal da Transparência permite a qualquer cidadão acessar informações detalhadas de todos os servidores do estado, como, por exemplo, órgão em que está lotado, função, salário. Para obter essas informações, basta digitar o nome ou o CPF do funcionário.

Apesar de reconhecer a importância do papel que o Portal da Transparência no fortalecimento da democracia no país, o coronel teme que o serviço ponha em risco a vida de milhares de servidores que atuam na área de segurança (policiais militares, policiais civis, militares do Corpo de Bombeiros e agentes penitenciários).

De acordo com a assessoria de imprensa da PMERJ, o secretário informou que buscará uma solução o mais breve possível.

Edição: Maria Claudia

Compartilhar: 4 G

TAGS

Rio de Janeiro exclusão seguranças Portal da Transparência na de pagamento dos servidores quinta. Já nas próximas semanas governo federal coloque em prática cuperação financeira do estado ELS. N.º

RGI . 5 4 6 7

Preocupante

lenlam ádio lade es. A egião róxie. A coluna é a favor de que se dê publicidade a dados de funcionários públicos — afinal, eles são pagos por nós. Mas um fato merece atenção. Bandidos estão usando um portal do governo estadual para checar se determinada pessoa é policial. Dia desses, um taxista levado para uma favela só foi liberado porque os bandidos não encontraram seu nome no tal site.

o-Nello teimero assou depois ivulga-

Segue

A informação chegou ao deputado estadual Luiz Martins (PDT). Ele enviou um ofício à Secretaria de Fazenda e Planejamento

ral Cel--RJ) coda Defe-